



Anatomia de um credo. O capital financeiro e o progressismo da produção.
Ronaldo Rocha, Editora O Lutador; por John Kennedy Ferreira.

Antônio Ermínio de Moraes foi símbolo do capitalismo industrial brasileiro, criticava a ostentação dos novos ricos e o sistema financeiro. Certa feita, entrou numa loja para comprar um relógio importado e o vendedor vendo seus trajes humildes lhe avisou que “não era para seu bico”, mal sabia ele que estava diante de uns dos brasileiros mais ricos. Vestia-se simples e, reza a lenda, que usava as roupas de seu falecido pai. Para além disso, sempre foi um crítico contumaz do sistema financeiro, chegou a dizer: “se não acreditasse no Brasil, seria banqueiro.” Isso porque em uma época de crise sua empresa pegou um empréstimo que levou 15 anos para pagar.

Nesse período, a estruturação do capital monopolista estava iniciando a sua engrenagem no Brasil e, predominava a ideia de que havia uma burguesia nacional progressista, defensora dos interesses nacionais frente aos capitais estrangeiros e financeiros. Antônio Ermínio foi um herói burguês da industrialização tardia, foi saudado na sociedade como líder das “classes produtoras”.

Antônio Ermínio viveu o apogeu de um capitalismo industrial onde, na maior parte de sua vida empresarial, não havia a fusão monopolista de capitais industrial e financeiro (CANALE, 2013 e GORENDER, 1981).

Essa áurea romântica, e esse debate, que se desenvolveu nos anos de 1950, 60 até os anos 80, sobre o papel progressista de uma burguesia nacional produtora, voltou requentada com o advento dos governos social-liberais no ano de 2002 (Boito, 2017; Martuscelli, 2018; Almeida, 2019). O crescimento que se viu com o mercado interno aquecido e com a poderosa intervenção do Estado, favorecendo grupos nacionais em disputas internas e externas, levou a que não poucos observadores imaginassem o surgimento de uma poderosa burguesia interna capaz de gerar uma nova fase de prosperidade ao capitalismo brasileiro. Não foram poucos os que enxergaram o Brasil como sócio menor do seletivo grupo dos países imperialistas (FONTES, 2009, p.115).

Pouco tempo depois dessa euforia toda, o governo social-liberal de Dilma caiu sem luta, sem que o seu principal beneficiado, a “burguesia interna”, tomasse qualquer posição concreta para defender seus interesses. O que levou muitos a se perguntarem por que não houve nenhuma resistência dessa fração de classe?

Ronald Rocha se propôs a debater a formação atual dos capitais brasileiros e, de sorte, fazer uma anatomia da composição orgânica de sua estrutura e *in démarche* de seus interesses políticos.

Dessa maneira realiza seu trabalho em três grandes abordagens: a primeira será sobre a composição antiga dos capitais financeiros, a segunda sobre os capitais financeiros no século XXI e, por fim, a decorrência política desse novo capital nos dias que se segue no Brasil.

Logo de cara, Rocha mostra que formou-se um mantra que se repete ano após ano nos jornais, na academia e mesmo em segmentos da esquerda: uma separação fictícia entre um capitalismo “produtivo” e outro financeiro. Segundo essa lenda, os capitais especulativos vampirizam a sociedade e os

capitais produtivos. Por essa lógica, os capitais usurários seriam uma espécie à parte do capital.

Rocha lembra que desde o século XVIII, os juros modernos advêm da própria realização da mais-valia, isso é: uma manifestação do lucro empresarial que se divide enquanto capital empregado na produção ou comércio e outro, em juros do capital creditício, mas a sua origem é a própria mais-valia extraída da produção da mercadoria.

Destaca que tal mobilidade ocorre em função do desenvolvimento da sociedade civil burguesa nos séculos XVII e XVIII, que apresenta o ser como indivíduo autônomo e exclusivo, que se desenvolve a partir de sua própria iniciativa. Essa imaginação reificada qualifica e vê a individualidade (de seu capital) como sendo oprimido por um movimento usurário, o que leva a pequeno burguesia emparedada — e com pequena margem de lucros entre as grandes corporações — a crer que a sua produção está limitada ao pagamento de juros. Sonha-se até com um paraíso terrestre sem os juros. Evidente que esse setor abstrai o fato concreto de que seus negócios não teriam começado e nem prosperado sem o capital financeiro e, portanto, imaginam-se eles os “produtores” onerados pela financeirização da economia. Marx observou este processo da seguinte forma:

No movimento efetivo do capital, o retorno é uma fase do processo de circulação. Primeiro, o dinheiro é convertido em meios de produção; o processo de produção o converte em mercadoria; mediante a venda da mercadoria, ele é novamente convertido em dinheiro e, sob essa forma, retorna às mãos do capitalista, que inicialmente desembolsou o capital em forma de dinheiro. No capital portador de juros, porém, tanto a devolução como a cessão do capital são mero resultado de uma transação jurídica entre o proprietário do capital e uma segunda pessoa. O

que vemos é apenas cessão e devolução. Tudo o que se encontra entre esses dois polos se esfuma. (Marx, Livro III, O Capital, [file:///C:/Users/Usuário/Downloads/Critica%20da%20Economia%20Politica%20-%20Karl%20Marx%20\(4\).pdf](file:///C:/Users/Usuário/Downloads/Critica%20da%20Economia%20Politica%20-%20Karl%20Marx%20(4).pdf), consultado em 11/04/2020)

Por essa ideação, grandes magnatas brasileiros, suas milionárias federações industriais, mais acadêmicos e imprensa, apresentam esse grupo econômico como “produtores” e vítimas que são massacradas pelo capital financeiro, esquecendo o fato de que a riqueza advém do trabalho humano expropriado e transformado em mais-valia. Rocha recorda que há mais de 100 anos o capital financeiro centraliza em um todo orgânico toda a mobilidade dos capitais. Robert Kurz (2003) em seu debate sobre o capitalismo financeiro e o movimento operário comunista do início do século XX observa que:

ao lado do capital industrial e comercial há o capital de crédito (descrito por Marx particularmente no 3º Livro de *O Capital*). Todo o capital é primeiramente capital dinheiro, ou seja, dinheiro não gasto no consumo, mas “investido” de forma capitalista. A forma destes investimentos é, contudo, diferente. O capital industrial e comercial (também nas empresas de serviços) é investido em força de trabalho, edifícios, máquinas, etc. para se valorizar através da produção ou distribuição de bens. A utilização de força de trabalho adiciona mais valia ao capital dinheiro original e esta é realizada com a venda dos produtos no mercado. O capital de crédito por sua vez é um capital dinheiro, que não se valoriza pela produção de bens, mas se empresta ao “preço” do juro. Trata-se realmente apenas de uma forma derivada de mais valia, porque os juros (e naturalmente o reembolso) do capital dinheiro emprestado apenas podem ser recebidos se a instância tomadora do crédito, geralmente um capital industrial ou comercial, aplicar esse dinheiro na produção

capitalista material de mercadorias e esta se realizar no mercado.

In: <http://www.obeco-online.org/rkurz159.htm>
consultado em 10/04/2010)

Rocha por sua vez, retoma então ao processo que desencadeia a financeirização do mundo, lembrando os estudos e as resoluções dos Congressos da Social Democracia, com a produção intelectual de John Hobson (Imperialismo, 1902) Rudolf Hilferding (O Capital Financeiro, 1910), Rosa de Luxemburgo (Acumulação primitiva, 1914) e Vladimir Lênin (Imperialismo, fase superior do capitalismo, 1917). Deixando claro que a partir do momento que houve a fusão entre os capitais industriais e financeiros, os velhos capitais autônomos entraram em decadência, tendo como futuro ou se fundir aos grandes conglomerados ou perecer.

De lá para cá a financeirização avançou muito, bastando ver que entre 1980 e 2006 cresceu 14 vezes, enquanto o PIB apenas 5 vezes. As terceira e quarta revoluções industriais dotaram o capital de uma imensa velocidade, isso dá a impressão de que o capital não tem base material, mas ao contrário, nunca a exploração e a extração de mais-valia foram tão amplas e intensas. Dessa maneira conforma-se um Capital Monopolista Financeiro.

O mesmo Kurz observa que Rudolf Hilferding, conceituou “Capital Financeiro” sem ter ainda clareza plena da dimensão que poderia tomar nas relações sociais.

Quando o teórico social-democrata Rudolf Hilferding publicou em 1910 a sua obra principal *O capital financeiro*, não estava ele próprio consciente das perfídias deste termo. Para ele não se tratava de uma crítica ideológica, mas apenas de uma análise do processo capitalista da reprodução sob as (nesse tempo) novas circunstâncias. No centro da investigação

estava o papel do chamado capital que rende juros ou da "superestrutura do crédito. (Kurz, idem)

Já François Chesnais realiza a sua abordagem sobre a Mundialização do Capital, demonstrando que esse processo nos levou à internacionalização de capitais (produtivo, comercial e financeiro), resultando no triunfo do capital financeiro sobre o capital produtivo, e dessa forma a centralização dos capitais sobre a batuta do capital financeiro no processo de acumulação.

Em Chesnais o estilo da acumulação é dado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros “em ritmos qualitativamente superiores aos dos índices de crescimento do investimento, ou do PIB (inclusive nos países da OCDE), ou do comércio exterior” (CHESNAIS, 1996, p. 14/15).

Dessa maneira a concorrência e a conformação do mercado resulta do processo de concentração do capital, Os oligopólios passam a exercer um papel central nas estruturas de reprodução do Capital, estes são "forma de oferta mais característica no mundo” (CHESNAIS,1996, p.92), construindo de um lado uma imensa concorrência e criando de outro lado, uma "interdependência entre companhias” (CHESNAIS,1996, p.92). O oligopólio configura-se, assim, como um ambiente de rivalidade “[...] delimitado pelas relações de dependência mútua de mercado, que interligam um pequeno número de grandes grupos que, numa dada indústria [...] chega a adquirir e conservar a posição de concorrente efetivo no plano mundial” (CHESNAIS, 1996, p. 93). Na mundialização os capitais financeiros estão em sua fase superior, as movimentações financeiras cresceram e se expandiram, mas isso não significa que ganharam autonomia pois, "os capitais que se valorizam na esfera

financeira nasceram – e continuam nascendo – no setor produtivo”(CHESNAIS, 1996, p.241).

Esse debate entre Chesnais e Kurz reforçam o ponto de vista de Rocha, que demonstra que o núcleo de compreensão do sistema capitalista não está na circulação ou no humor ou outras subjetividades do mercado, mas sim no processo anárquico de produção de mercadoria, o que é determinante para entender as crises de 2008 e 2014 e a própria política brasileira.

Aqui observamos de que forma as opções dos Conglomerados Monopolistas Financeiros decidiram por terminar a experiência social-liberal brasileira, pois essa fração superior do capital “transformou a massa de empresários em sua tributária, bem como adquiriu um peso dominante na exploração do trabalho, na vida social, no controle da mídia, no funcionamento dos órgãos estatais, na correlação de forças parlamentares, na elaboração das políticas governamentais e no exercício da hegemonia” (p.87).

A partir do instante em que o condomínio Monopolista Financeiro determina as relações sociais, a própria lógica de superação da dependência se torna uma quimera, já que as relações imperialistas se naturalizaram e tornam-se partes da realidade geral com o imperialismo agindo internamente e externamente em seu próprio proveito. Dessa maneira a questão soberana nacional deixa de ser um apanágio burguês e se “converteu em uma tarefa prioritária dos trabalhadores, na exata medida em que a questão proletária se transformou em imperativo nacional” (p. 91).

De igual forma processa-se uma alteração profunda no aparelho do Estado, que passa a agir conforme os interesses do Capitalismo Monopolista Financeiro, onde o Estado passa a ser um facilitador dos interesses privados. Se antes a bancarrota liberal (1929) levou a burguesia a colocar

limites à livre concorrência, nos dias de hoje segue o contrário: o casamento entre os oligopólios nacionais e o Estado é substituído pelo fortalecimento da livre iniciativa monopolista financeira tanto nos aspectos voltados à privatização como nas concessões. São duas faces possíveis da ação e alargamento ou não, das políticas Monopolistas Financeiras e seu Estado.

Ou seja, a caracterização do Estado como Monopolista e Financeiro define ainda dois momentos de análise: o primeiro, mostrando as dimensões e particularidades nacionais em comparações com outras experiências. Rocha toma, por exemplo, os países que fizeram rupturas com o sistema financeiro mundial (Cuba, China etc.), chama a atenção que as concessões feitas ao sistema capitalista foram realizadas por Estados sobre o controle de organismos revolucionários e comunistas e, em seguida, mostra que as concessões feitas pelo Estado brasileiro foram promovidas por um Estado burguês sobre controle do Capital Monopolista Financeiro. Daí decorre algumas falsas compreensões: a mais notória de todas é de limitar o universo das ações do proletariado ao limite da ordem burguesa, crendo por falsa análise da realidade e da história em que há “uma etapa” de democracia burguesa, decorrendo novos pactos com a burguesia nacional antiimperialista.

A segunda, e tão importante quanto a primeira, é a limitação teórica que a falsa análise da realidade produz, já que limita a ação e a imaginação dos partidos e movimentos dentro de um Estado dominado (interna e externamente) pela ação imperialista e de seu condomínio Monopolista Financeiro.

O cenário desenhado por Rocha é de uma aguda crise nas relações capitalistas de produção, com base no modelo de Kronratieff onde a quarta longa onda, a mais extensa até então, define o funcionamento

autoritário do Estado reduzindo os espaços de democracia e de direitos sociais e trabalhistas e fortalecendo o aparato repressivo. Igualmente, eliminando ou reduzindo drasticamente os setores intermediários na ação deletéria antediluvianas. Dessa maneira os conflitos intra-burguesia seriam claramente contornados e as relações de exploração ganharia aspectos mais profundos.

Fenômeno que já fora percebido por Gorender sobre a capacidade de redução e ampliação do Estado, que poderia fazer-se do mínimo, mas também de medidas keynesianas em momentos de crise estrutural, como tem se desenhado hoje nos países centrais a partir do colapso da pandemia de Covid 19.

Cabendo aqui algumas observações e questionamentos sobre esse vigoroso texto.

O cenário desenhado por Rocha é do esgotamento das relações capitalistas e a centralização dentro de um macro imperialismo definido pelos capitais financeiros impedindo ou reduzindo dramaticamente a pluralidade e as lutas entre burguesas. Por seu turno, eliminando ou reduzindo drasticamente os setores intermediários na ação deletéria antediluvianas. Dessa maneira os conflitos intra-burguesia seriam claramente contornados e as relações de exploração ganharia aspectos mais profundos, sendo portando um cenário em que não haveria mais espaços para governo sociais liberais como o de Lula e Dilma.

Não é a primeira vez que o debate do esgotamento das relações capitalistas vem à tona, Na década de 1920, a Internacional Comunista declarou que havia se esgotado as forças produtivas e que o imperialismo estaria centralizando todas as ações, as conseqüências foram trágicas. No Brasil, por exemplo, foi proibida qualquer alianças com setores médios, com a

pequena burguesia ou frações descontentes da burguesia que deixou o PCB, principal organização proletária de então, desarmado frente a Revolução de 1930 e do Governo Vargas. As tensões existentes entre as várias frações da burguesia e o descontentamento de vários setores médios não nos colocaria diante da possibilidade de outra conformação política?

Fator a ser pensando também é quanto a mobilizações de capitais, o principal fluxo alinha-se a China, especialmente o agronegócio e a burguesia comercial importadora e exportadora, o alinhamento da movimentação chinesa é muito distinta das do imperialismo, isso não implicaria em formas de governos mais progressistas?

E, por fim, cabe observar um fator importante os movimentos trabalhistas estão se conformando a pauta economicista e reativa, seja no campo partidário, seja no campo sindical, não implicaria em um novo modelo organizativo focado nas novas formas de organização do trabalho e dos setores pauperizados da sociedade?

Voltemos a Antônio Ermírio de Moraes. Este, ao fundar o Banco Votorantim (BV), disse que “a ideia era não pagar os juros cobrados pelo mercado e estabelecidos pelo Banco Central”. Poucos anos depois, o BV já era um dos mais importantes bancos financeiros do país. Antônio Ermírio de Moraes Neto, herdeiro desse importante grupo econômico, saúda o crescimento explicando a habilidade e mobilidade que a financeirização possibilitou à corporação.

O livro de Ronald Rocha é uma contribuição que chegou silenciosa e aos poucos vai ganhando voz no debate, após o golpe de 2016. Enquanto alguns se preocupam em criar uma “nova burguesia”, em crer na autonomia das frações burguesas, Rocha mostra o inverso, como deve se organizar e

se preparar as classes proletárias e populares para os embates no centro de uma nova realidade concreta: o Capitalismo Monopolista Financeiro.

Por fim, as 148 páginas, bem escritas, demonstra o seu refinado marxismo e exigente erudição. A “orelha” do livro vem com um bom comentário do líder sindical José Reginaldo Inácio e uma breve apresentação biográfica do autor. A indispensável apresentação de Carlos Machado, diretor do Sinpro-MG, é um convite à leitura. O livro é uma excelente contribuição para os dias se que seguem!

Bibliografia

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Burguesia nacional e burguesia interna: elementos para a análise da atual fase do imperialismo. Revista Lutas Sociais, n. 43. São Paulo: NEILS, 2019

BOITO Jr., Armando. Reforma e Crise Política no Brasil: os Conflitos de Classe nos Governos do PT. Campinas: Unicamp/Unesp, 2018.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Chesnais, 1996.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. 2 ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

KURZ, Robert. As Perfídias do Capital Financeiro, disponível em <http://www.obeco-online.org/rkurz159.htm> consultado em 10/04/2020.

GORENDER Jacob. A Burguesia Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____ Entrevista a Revista Teoria e Debate num. 11 - Julho/Agosto/Setembro de 1990 disponível em

<https://drive.google.com/file/d/1I9vV6jRfrQiRr519KtLqtbrkTyQgr5ei/view>
w consultado em 11/04/2020

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Classes Dominantes, Política e Capitalismo Contemporâneo. Florianópolis: Editora em Debate-UFSC, 2018.

ROCHA, Ronald, ANATOMIA DE UM CREDO - O capital financeiro e o progressismo da produção. Belo Horizonte:Ed. O Lutador, 2018.

Site da Votorantin. <https://www.sunoresearch.com.br/tudo-sobre/antonio-ermirio-de-moraes/> consultado em 09/ 03/ 2020.

Revista Isto É Dinheiro. Ermírio, o banqueiro edição de 16/04/08 , <https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20080416/ermirio-banqueiro/13009> consultado in 09/ 03/ 2020.